JORNAL O Comércio

Porto União/SC | União da Vitória/PR | Ano 95 | Edição **6821 | R$ 9,99**
Sexta-Feira, 11 de Julho | **Sábado**, 12 de Julho | **Domingo**, 13 de Julho de 2025

OUTRA ALTERNATIVA PARA O ADEUS

PÁGINA 04

O jornal O Comércio visitou o Crematório e Memorial Vale do Iguaçu, em Porto União, para saber como funciona o processo de cremação



Supermercado CHIPITOSKI
@chipitoski
(42) 3522-2430

COM R$ 350 MILHÕES POR ANO, SC MANTÉM MAIOR PROGRAMA ESTADUAL DE APOIO À EDUCAÇÃO ESPECIAL NO PAÍS

Cerca de 30 mil educandos são atendidos pelo suporte da Fundação Catarinense de Educação Especial

| Por Agência Catarinense de Notícias

Fotos: Thiago Kaue/SECOM



Santa Catarina é referência no Brasil quando se fala em Educação Especial. Em todo o estado são mais de 240 instituições especializadas, entre Apaes, AMAs, associações de surdos, de síndrome de down, de pessoas com deficiência visual, entre outras, que atendem cerca de 30 mil educandos, com o suporte da Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE). Para garantir o funcionamento e atendimento destas instituições, o Governo do Estado repassa por ano cerca de R$ 350 milhões, pelo Programa Gente Especial.

Lançado em março de 2024, Gente Especial tem duração de cinco anos, com repasse total de mais de R$ 1,5 bilhão para as instituições. Neste ano de 2025, estão credenciadas no programa 241 instituições especializadas, que atendem cerca de 29 mil educandos em todo o estado, com valor total dos repasses para o período de 12 meses de R$ 343,6 milhões, com incremento nominal de 5,38% em relação ao ano de 2024, índice acima da inflação para o período, que foi de 4,77% (INPC-2024).

"Nenhum estado do Brasil investe como Santa Catarina, enquanto em outros estados estão fechando as instituições, sob orientação do governador Jorginho Mello estamos fortalecendo o investimento e garantindo a qualidade desse serviço em Santa Catarina", destaca a presidente da FCEE, Jeane Rauh Probst Leite, lembrando que o programa Gente Especial foi lançado pelo governador em março de 2024, "formalizando pela primeira vez, por meio de um decreto (nº 530, de 27 de março de 2024), os repasses para as instituições especializadas em educação especial de Santa Catarina".

Os repasses financeiros para as instituições conveniadas pelo Gente Especial são calculados pelo número de educandos em cada instituição, com pagamentos definidos conforme tabela de valores publicada no site da FCEE. Os educandos incluídos são atendidos nos programas educacionais de acordo com diretrizes técnicas definidas pela FCEE. Além dos repasses financeiros, as instituições também recebem apoio por meio da cedência de professores efetivos e ACT's, capacitações e assessorias técnicas e pedagógicas.

A política de Educação Especial de Santa Catarina, definida pela FCEE, considera público da educação especial pessoas com atraso global do desenvolvimento, deficiências (visual, auditiva, intelectual, física e múltipla), transtorno do espectro autista e altas habilidades/superdotação. Braço do Governo do Estado na área, a FCEE é a única instituição pública estadual do país responsável pela definição e coordenação de políticas de educação especial.







JORNAL Comércio
Rua Dário Bordin, 313 - União da Vitória (PR)
CEP: 84600-180
Tel: (42) 3521-2050
CNPJ Matriz: 77.958.882/0001-27
CNPJ Filial: 77.958.882/0002-08
FUNDADO EM 11 DE JUNHO DE 1931

DIREÇÃO GERAL
Eduardo Carpinski
EDITOR-CHEFE
Rafael Peruzzo
GERÊNCIA
Andrews Batista
CONSELHO EDITORIAL
Sitamar Brittes

Redação
(42) 99823 - 0044
Comercial
(42) 3521 - 2050

Assinatura anual
Local: R$ 360,00 | Microrregião: R$ 600,00
Circulação
União da Vitória, Cruz Machado, Paulo Frontin e Porto União
FILIADO
ADJORI SC
CCJ REGULARIDADE COMPROVADA



Horóscopo

Previsão para a semana

João Bidu
joaobidu.com.br

ÁRIES | 21/03 a 20/04

Com mil ideias e vontade de agir, seu signo tá um furacão! Só cuidado pra não atropelar processos nem tretar à toa. Saturno retrô pede calma, foco e revisão de planos. Paixão pode surgir do nada. Bora viver!

TOURO | 21/04 a 20/05

Pode pintar tensão, mas também soluções criativas. Com a mente afiada, seu signo tende a resolver pendências com estilo. Na paquera, desejo por mais liberdade. Controle o ciúme e as compras por impulso!

GÊMEOS | 21/05 a 20/06

É seu momento, geminiangel! Com Sol, Mercúrio e Vênus no seu signo, você brilha, encanta e conquista. Mas Saturno retrô alerta pra não prometer mais do que dá conta. Foco e papo reto são chave. Partiu sucesso?

CÂNCER | 21/06 a 21/07

A vibe tá mais introspectiva, e sua intuição pode bater forte. Hora de se cuidar por dentro e por fora. Um contato do passado pode reaparecer. No amor, desejo de afeto e profundidade. Vale o investimento?

LEÃO | 22/07 a 22/08

O céu ativa seus contatos e sonhos! Ótimo período pra divulgar projetos, se aproximar de gente nova e se jogar nos rolês. Só vá com calma com os gastos e as ilusões amorosas. Flerte leve tá on. Curtiu?

VIRGEM | 23/08 a 22/09

Trabalho, carreira e ambições em alta! Pode rolar reconhecimento, proposta ou mudança. Mas atenção com cobranças e autocrítica exagerada. Coração tá mais exigente, mas o amor pode surpreender.

LIBRA | 23/09 a 22/10

Hora de se abrir pro novo! Com Sol e Vênus em sintonia, as chances de aprender, viajar ou conhecer alguém incrível só aumentam. Saturno retrô pede mais disciplina com a saúde e rotina. Se joga com equilíbrio!

ESCORPIÃO | 23/10 a 21/11

Semana de reavaliações e transformações. O céu te chama pra olhar pra dentro e resolver o que incomoda. No amor, intensidade no modo turbo! Pode rolar química, mas cuidado com fantasias. Topa o desafio?

SAGITÁRIO | 22/11 a 21/12

Parcerias, relações e contatos são destaque! Mas Saturno retrô mostra que nem tudo se resolve no grito: é hora de ouvir mais. Paquera animada, mas não confunda liberdade com descaso. Se liga!

CAPRICÓRNIO | 22/12 a 20/01

Corre atrás de suas metas com disciplina, mas cuidado pra não se sobrecarregar. Saturno retrô alerta pra não negligenciar sua saúde. Amor pode pintar no ambiente de trabalho. Bora equilibrar tudo?

AQUÁRIO | 21/01 a 19/02

Criatividade, sedução e bom humor em alta! Ótimo período pra criar, paquerar e curtir mais a vida. Só não vale fugir de responsabilidade. Um ex ou crush indeciso pode reaparecer. O que você comenta?

PEIXES | 20/02 a 20/03

Atenção à família, emoções e passado! Semana boa pra organizar a casa e curar feridas. No amor, vibe acolhedora, mas evite drama. Marte e Netuno alertam pra não fantasiar demais. Pés no chão e coração leve!

adi ASSOCIAÇÃO DOS JORNAIS DIÁRIOS DO INTERIOR DO PARANÁ — Pelo Paraná

CENÁRIO POLÍTICO

O secretário estadual das Cidades, Guto Silva, ganha destaque no cenário político paranaense, com aumento de buscas no Google e crescimento de 33% nas intenções de voto, segundo o Paraná Pesquisas. Seu nome chegou a 35,2% na corrida pelo Palácio Iguaçu em 2026, aproximando-se de Sergio Moro. O anúncio de R$ 230 milhões para obras no Norte Pioneiro também impulsionou sua visibilidade.

Boas práticas

O presidente do Sistema Ocepar, José Roberto Ricken, assinou compromisso para garantir às cooperativas o selo de boas práticas no combate à violência contra a mulher, durante o Fórum dos Presidentes em Curitiba. Também foi firmado acordo para implantar Cooperativas Escola em 20 colégios agrícolas do Paraná.

Turismo internacional

O Paraná recebeu 627.858 turistas estrangeiros no primeiro semestre de 2025, crescimento de 23,7% em relação a 2024, impulsionado principalmente por visitantes do Paraguai e da Argentina. Foz do Iguaçu segue como principal porta de entrada.

Taxação

A Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) defendeu "resposta firme e estratégica" à tarifa de 50% anunciada por Donald Trump sobre produtos brasileiros. A bancada alertou para impactos no agronegócio e no câmbio, e pediu cautela e diplomacia ativa do Brasil. Trump justificou a medida citando decisões do STF e o caso de Bolsonaro. As taxas passam a valer em 1º de agosto.

Livre comércio

O presidente da FPA, deputado Pedro Lupion, afirmou que a taxação de Trump "fere o livre comércio e coloca em risco bilhões em exportações brasileiras, sobretudo do agro." Para ele, é essencial "agir com firmeza, mas também com inteligência diplomática" para proteger o setor. Lupion reforçou que a bancada trabalhará para manter diálogo e buscar soluções que evitem prejuízos ao Brasil.

Agenda

O deputado Alexandre Curi (PSD), presidente da Assembleia Legislativa do Paraná, cumpre nesta semana extensa agenda pelo Estado, passando por regiões como Oeste, Centro-Sul e Norte Pioneiro até domingo, 13. As visitas incluem reuniões sobre obras em Marechal Cândido Rondon e Toledo, participação na Assembleia Itinerante em Jacarezinho e encontros com prefeitos em Irati e Santo Antônio da Platina. No domingo, encerra a agenda na Festa do Carneiro no Buraco, em Campo Mourão.

1º semestre

No primeiro semestre de 2025, a Assembleia Legislativa do Paraná aprovou 263 projetos de lei em 71 sessões plenárias, encerradas em 08 de julho para o recesso parlamentar. Entre as proposições, 223 viraram leis ordinárias e seis, leis complementares, enquanto 34 aguardam sanção do governador. No total, 2.457 matérias foram protocoladas, incluindo 1.784 requerimentos. O presidente da Alep, Alexandre Curi (PSD), destacou avanços como o Código do Consumidor, o lançamento do Código do Empreendedor e a aprovação da LDO, que projeta receita de R$ 82,9 bilhões para 2026.

Saldo positivo

O deputado Hussein Bakri (PSD), líder do governo na Assembleia, celebrou o saldo positivo do primeiro semestre, com aprovação integral dos projetos do Executivo e diálogo constante com a sociedade e oposição. Destacou a LDO inédita, que prevê devolução de sobras orçamentárias ao governo para investimentos públicos. Também citou o reajuste de até 11,31% para professores e medidas na segurança. Bakri ressaltou ainda avanços na pauta feminina, com leis para proteger mulheres vítimas de violência.

Coluna publicada simultaneamente em 24 jornais e portais associados. Saiba mais em www.adipr.com.br

Da Redação ADIPR Curitiba
jornalismo@adipr.com.br



COMO FUNCIONA O PROCESSO DE CREMAÇÃO DISPONÍVEL NO VALE DO IGUAÇU?

Serviço é realizado pelo Crematório e Memorial Vale do Iguaçu, em Porto União

Por Ivana Caroline Porn

Foto: Acervo do Jornal O Comércio



Optar pela cremação de um ente querido é uma decisão que ainda gera dúvidas. Seja por questões religiosas, seja pela preferência por sepultamentos tradicionais, muitos não levam em consideração a opção por cremar. Por outro lado, pode-se pensar nos benefícios ambientais, nos custos envolvidos e também na falta de espaço nos cemitérios, cada vez mais lotados.

No passado, moradores de União da Vitória e Porto União que desejavam optar pela cremação de um familiar precisavam levar o corpo até outras cidades, como Caçador e Curitiba. Desde 2024, entretanto, a realidade é outra.

"O crematório eu não fiz por resultado, fiz para servir a população", comenta Mohamad Abdul Abbas, proprietário do Crematório e Memorial Vale do Iguaçu, inaugurado em outubro do ano passado. Segundo o empresário, que já atuava no ramo funerário anteriormente, a percepção da demanda crescente por esse tipo de despedida, atrelada a dificuldade de se encontrar espaço nos cemitérios das duas cidades o fez seguir o conselho de um amigo, que o incentivou a usar o terreno que possuía ao lado do Cemitério Municipal de Porto União para instalar um crematório.

Abbas aponta que a infraestrutura do crematório está apta para atender toda a região, em um raio que abrange cerca de 300 mil habitantes. Além disso, relata já ter sido contatado por prefeitos de municípios vizinhos interessados em realizar a cremação de ossadas a fim de disponibilizar novos espaço em solo sagrado. "É uma necessidade, hoje, pois os nossos cemitérios estão lotados".

Mas o caminho até a concretização do empreendimento não foi simples. O preconceito por parte de alguns moradores do Vale do Iguaçu botaram entraves no andamento da implementação do crematório, que ficou com as obras paradas por cerca de dois anos por conta de denúncias que, conforme Abbas, se mostraram infundadas. Recentemente, representantes da Vigilância Sanitária e da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Porto União estiveram no local e atestaram que as instalações estão de acordo com as normas exigidas.

Agora, o empresário aguarda novas liberações, dessa vez visando a instalação de um forno para cremar animais de estimação. "Hoje morrem muitos cães, e onde são enterrados? no fundo do quintal. A maior parte das famílias têm um cão em casa e estima como se fosse um membro da família", explana.

Desde a inauguração, já foram realizadas cerca de 30 cremações. A capacidade do Crematório e Memorial Vale do Iguaçu é de seis procedimentos por dia, de segunda a sexta-feira.

Funcionamento

No Brasil, a cremação é regulamentada pela Lei nº 6.015/1973, conhecida como Lei dos Registros Públicos. Para se optar pelo processo, basta que os familiares autorizem o procedimento. Apenas em caso de morte violenta é necessária uma autorização judicial.

No Crematório e Memorial Vale do Iguaçu, o processo







ensina mais PROGRAMAS EDUCACIONAIS (42) 99973-7535

Fotos: Acervo do Jornal O Comércio





se inicia com a realização do cadastro do falecido e recolhimento de autorização dos familiares. Também é necessária a entrega da certidão de óbito, com as devidas assinaturas de médicos ou médico legista. Após, o corpo é direcionado para a cremação, que geralmente é realizada no dia seguinte à entrada no crematório.

A capacidade do forno para humanos é de até 350kg. A temperatura gira em torno dos 1.050°C, e o processo pode ser mais lento ou rápido, dependendo do tamanho e peso do corpo. O controle é feito por um aplicativo que confere, também, se todos os filtros necessários da chaminé estão funcionando. Uma vez que a cremação tem início, a porta se trava automaticamente e só é liberada após a conclusão. Todo o procedimento é realizado por um funcionário habilitado e especializado em cremação.

Quando o processo se encerra, as cinzas são separadas do material de descarte. “As cinzas que são entregues à família são referentes somente à calcinação dos ossos. As cinzas de carvão e roupa são separadas e descartadas para o lixo hospitalar”, explica Luiz Marcelo Schneider, gerente do crematório.

Para a cremação, não é necessária a retirada de jóias, próteses ou pinos. A única coisa que deve ser extraída é o marcapasso, por risco de explosão. Esse procedimento pode ser feito pela funerária responsável pela preparação do corpo. No restante, todo o processo para o funeral de uma pessoa que será cremada poderá ser o mesmo daquela que será sepultada. O crematório disponibiliza, também, uma câmara fria em caso da necessidade de postergar o início do velório devido à chegada de famíliares que vivem distante do Vale do Iguaçu.

Cinzas

A dispersão das cinzas não é proíbida pelo governo brasileiro, apesar de não ser indicada pela Igreja Católica, por exemplo. Os familiares que desejem espalhar as cinzas do ente querido em um local simbólico, como um sítio, tem o direito de fazê-lo. A dispersão no mar também é permitida, porém, é necessário que o ato seja feito longe da costa, fora de áreas protegidas e com registro em cartório.

Outra possibilidade é manter as cinzas em casa. Luiz Marcelo relata que as cinzas não exalam odor, podendo ser mantidas por anos. Caso a intenção seja depositar as cinzas em local sagrado, pode-se colocar a urna em um cemitério ou até mesmo no columbário presente no próprio crematório.



Por fim, existe, ainda, a possibilidade de depositar as cinzas em uma urna ecológica, em que as cinzas são misturadas à terra, em que as sementes de uma árvore serão plantadas. A opção pela urna ecológica busca ressignificar a partida do ente querido. Ao transformar as cinzas em um substrato para dar vida a uma árvore, se dá um novo sentido para a partida. A carne volta à terra, gerando um marco palpável da memória daquela pessoa que jamais será esquecida.





REMAX
(42) 3522-2888



Informando

Brittes Antônio Brittes
colunista@jornalocomercio.com

Formatura



Foto: Arquivo Pessoal

O deputado estadual Hussein Bakri prestigiou a formatura do seu neto Miguel Pigatto Caus, no Proerd, no Cine Teatro Ópera, que estava completamente lotado.

Eleições

O governador Jorginho Mello e o prefeito de Chapecó, João Rodrigues, trocam farpas. O que era uma amizade consolidada virou uma disputa feroz pelo comando do Estado. Promete sacudir as eleições de 2026.

Plano Safra

O deputado federal Valdir Cobalchini criticou o Plano Safra. Crédito de difícil acesso, juros de até 14% ao ano e só 13 bilhões para equalizar taxas. O agricultor não quer propaganda, quer apoio de verdade.

Reforço

A secretária municipal de Saúde de União da Vitória, a médica Sonia Guzzoni Drozda, está oferecendo a dose de reforço da vacina Meningocócica Conjugada ACWY para as crianças de 12 meses. A vacinação poderá ser realizada nas Unidades de Saúde Básica.

Infraestrutura

O prefeito de União da Vitória, Ary Carneiro Júnior, está investindo aproximadamente R$ 1,4 milhão de recursos federais em serviço de pavimentação no Bairro Nossa Senhora das Graças.

Censo 2022 (I)

O vereador Luiz Alberto Pasqualin comentou na tribuna do Legislativo de Porto União os dados do Censo 2022 divulgados pelo IBGE sobre pessoas com deficiência no Brasil. Mais do que estatísticas, revelam o quanto ainda desconhecemos a realidade dessa população.

Censo 2022 (II)

Segundo o vereador, o Brasil conta com 14,4 milhões de pessoas com deficiência, o equivalente a 7,3% da população. Trata-se de um dos menores índices registrados. O número está muito abaixo da média global estimulada pela OMS, que aponta que 15% da população mundial (mais de 1 bilhão de pessoas) vive com alguma deficiência.

Motos

Foi sucesso a inauguração do monumento Rota Biker 26, no Restautante Portal, em Porto União. Mais de 1000 motociclistas presentes no evento, reunindo amigos de todo Brasil, que contou com a presença do prefeito Juliano Hassan.

Merecida

O médico Neomar Roman, como reconhecimento, recebeu da Associação Médica do Paraná (AMPR) a medalha "Heróis de Curar", por sua dedicação à profissão no Vale do Iguaçu.

/peloestado

[PeloEstado]

peloestado.com.br

Situação de SC fica preocupante com taxação de Trump

Santa Catarina não ficou de fora da taxação que Donald Trump pretende impor aos produtos brasileiros. Ou seja, caso as tarifas de 50% para os nossos produtos entre mesmo em vigor a partir do dia 1º de agosto, a economia catarinense também sofrerá sérias consequências.

O Estado tem - pelo menos até agora - uma relação sólida com os Estados Unidos, que é um dos principais destinos dos nossos produtos, principalmente carnes de aves e suínos. Só em 2024, Santa Catarina exportou quase R$ 12 bilhões para lá, um número significativo que pode cair consideravelmente, por isso a preocupação de empresários, indústrias e produtores, fora o impacto que isso pode causar para o consumidor final, que pode ver o dólar subir vertiginosamente e impactar no preço dos produtos básicos do dia a dia.

Mas ainda há esperança para que isto não aconteça e a saída está na diplomacia.

A Federação das Indústrias de Santa Catarina (Fiesc) se manifestou sobre o tema e afirmou que a decisão precisa ser avaliada sob três aspectos: sob o ponto de vista econômico, não há justificativa para a aplicação desta taxa, já que os Estados Unidos registram superávit há décadas na balança comercial com o Brasil; o segundo aspecto diz respeito às políticas domésticas, o Brasil é um país soberano e suas decisões, certas ou erradas, devem ser respeitadas; por fim, ao invés de adotar postura neutra em relação à diplomacia internacional, o Brasil repetidamente assume posições de desalinhamento com os Estados Unidos.

Semelhante ao que aconteceu com outros países, Donald Trump eleva as taxas para que comecem as negociações e ele tenha poder de barganha. No caso do Brasil, a questão de Trump sai da esfera econômica e entra na esfera política (ou não). Na carta que justifica essa taxa absurda, ele argumenta que o motivo para tal é o processo contra o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e contra empresas americanas de redes sociais. Também por causa de um suposto déficit comercial com o Brasil, mas que não acontece.

Ao que tudo indica, essa polarização está ameaçando gravemente a economia brasileira e, agora, cabe ao presidente Lula (PT) reverter a situação.

Condenação mantida

O Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) manteve a condenação de um ex-prefeito de Brusque, Ciro Roza, por ato de improbidade administrativa. Ele foi responsabilizado pelo uso de verbas públicas para financiar matérias de conteúdo pessoal e elogioso em revista local, o que viola os princípios constitucionais da administração pública, especialmente o da impessoalidade. Segundo a ação civil pública ajuizada pelo MPSC, em 2005, foram firmadas três contratações com uma revista, por intermédio de uma empresa de comunicação, para a veiculação de publicidade institucional. Contudo, as publicações se limitaram a exaltar a imagem pessoal do então Prefeito e, em menor medida, do Vice-Prefeito, sem qualquer cunho informativo ou educativo à população, conforme exige a constituição.

Foto: Redes Sociais/Reprodução



Disputa

A disputa da vaga do Quinto Constitucional continua movimentando a justiça catarinense. Sabine Müller, com escritório em São José, é a única mulher na disputa da cadeira que substituirá o desembargador Sebastião César Evangelista no Tribunal de Justiça de SC. Ele se aposentou no início do ano.

Sabine transita com facilidade no meio jurídico e político catarinense e se destaca entre as valorosas mulheres que atuam na área jurídica. Nas cidades da Grande Florianópolis e Sul, está ministrando palestras sobre a relação dos advogados com os tribunais e sobre a precificação dos honorários.

Cadê as câmeras?

Deputados cobraram, esta semana, o cumprimento de uma lei aprovada pela Assembleia em 2023 que trata da instalação de câmeras de videomonitoramento nas escolas estaduais de Santa Catarina. Com base em respostas a dois pedidos de informação enviados ao Poder Executivo pelo deputado Mário Motta (PSD), o deputado Napoleão Bernardes (PSD) afirmou que as escolas estão, desde outubro de 2023, sem vigilância eletrônica. E cadê o resultado dos trabalhos do Conseg Escolar? O grupo vem há anos realizando ações para garantir segurança nas escolas estaduais e, ao que tudo indica, o básico, que são as câmeras de segurança, foram esquecidas. É isso mesmo?

Caminhoneiros

O deputado federal Valdir Cobalchini (MDB) e o empresário Luciano Hang publicaram um vídeo nas redes sociais em apoio aos caminhoneiros. Eles criticam a legislação atual, que exige 11 horas ininterruptas de descanso, mesmo quando o motorista realiza pausas fracionadas ao longo do dia. Para resolver a situação, Cobalchini apresentou um PL que propõe reduzir o tempo mínimo de descanso para 8 horas diárias, com acompanhamento eletrônico por aplicativo com geolocalização, em substituição ao tacógrafo. O deputado afirma que a medida busca garantir ao caminhoneiro o direito de descansar de verdade, sem ficar preso ao excesso de burocracias.

Pesca da Tainha

A Comissão de Constituição e Justiça adiou a votação do Projeto de Decreto Legislativo (PDL) que propõe a suspensão de trecho de uma portaria conjunta dos Ministérios da Pesca e Aquicultura (MPA) e do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA). A norma do Executivo estabelece regras para a pesca da tainha em Santa Catarina, inclusive com limites e cotas de captura da espécie. A expectativa é que o PDL seja apreciado na próxima semana. Segundo o autor da proposta, senador Esperidião Amin, o adiamento se deu por conta da discussão sobre o projeto do novo Código Eleitoral.

Integração Editorial
Associação de Diários do Interior SANTA CATARINA
APJSC Associação dos Portais de Notícias e Jornais Digitais de Santa Catarina

Produção e edição: *ADI/SC - Jornalista Celina Sales*
Diagramação: *Celina Sales*
Contato peloestado@gmail.com
*Esta coluna é publicada nos jornais e portais associados a ADISC e a APJSC

Supermercado CHIPITOSKI
@chipitoski
(42) 3522-2430

TRUMP CHANTAGEIA O BRASIL, PRESSIONANDO LULA E O STF

Por Giuliano Guandalini e Brazil Journal

O Brasil havia suspirado aliviado no dia 2 de abril, o Liberation Day de Donald Trump, ao ter sido um dos países menos atingidos pelo tarifaço do presidente americano – e até se via em uma situação de sair ganhando em alguns mercados.

Not anymore.

Trump anunciou que as exportações brasileiras passarão a pagar tarifas de 50% a partir de 1° de agosto, e não mais 'apenas' 10%, como fora divulgado em abril.

O percentual ficou bem acima do que estava no radar dos analistas e pegou de surpresa o Governo. O Presidente Lula convocou uma reunião emergencial para avaliar a reação.

O EWZ, o ETF de ações brasileiras, entrou em queda de 2% depois do anúncio de Trump.

No mercado brasileiro, os futuros ainda estavam em negociação quando veio a notícia do tarifaço contra o Brasil. O futuro do Ibovespa fechou em queda de 2,4%, e o dólar futuro subiu 2%.

Em uma carta endereçada ao Presidente Lula, Trump voltou a criticar o tratamento que vem sendo dado ao ex-presidente Jair Bolsonaro e condenou "os ataques insidiosos contra as eleições livres e os direitos de liberdade de expressão dos americanos," citando as ordens do STF contra plataformas digitais dos EUA.

Por isso, escreveu Trump, "a partir de 1° de agosto de 2025, cobraremos uma tarifa de 50% sobre qualquer produto brasileiro enviado aos EUA, além de todas as tarifas setoriais existentes."

"Se, por algum motivo, o senhor decidir aumentar suas tarifas, então qualquer que seja o número que escolher aumentá-las será acrescentado aos 50%," ameaçou Trump.

O presidente americano disse ainda que a relação comercial entre os países "tem sido muito injusta, marcada por políticas e barreiras tarifárias e não tarifárias."

Trump conclui afirmando que se o Brasil abrir os seus mercados para os EUA e "eliminar" tarifas e barreiras comerciais, "nós talvez consideremos um ajuste desta carta."

Lula respondeu, em nota, dizendo que "o Brasil é um país soberano com instituições independentes, que não aceitará ser tutelado por ninguém".

"O processo judicial contra aqueles que planejaram o golpe de estado é de competência apenas da Justiça Brasileira e, portanto, não está sujeito a nenhum tipo de ingerência ou ameaça que fira a independência das instituições nacionais," disse Lula. "No contexto das plataformas digitais, a sociedade brasileira rejeita conteúdos de ódio, racismo, pornografia infantil, golpes, fraudes, discursos contra os direitos humanos e a liberdade democrática."

O brasileiro disse também que os americanos tiveram com o Brasil o registro de um superávit de US$ 410 bilhões ao longo dos últimos 15 anos, nas transações comerciais de bens e serviços.

Em um texto publicado no Substack, o economista Paul Krugman disse que Trump praticamente não indica uma razão econômica para a retaliação. "Isso diz respeito apenas a punir o Brasil por colocar Jair Bolsonaro em julgamento," afirmou.

Segundo Krugman, Trump usa as tarifas "para ajudar um wannabe dictator."

O Nobel de Economia lembrou que as exportações para os EUA representam menos de 2% do PIB brasileiro, um percentual relativamente baixo. "Trump realmente imagina que pode usar tarifas para intimidar uma nação enorme, que nem sequer é muito dependente do mercado americano, a abandonar a democracia?"

O Brasil subiu ao topo entre os países mais castigados pela guerra tarifária de Trump. Nas revisões divulgadas pela Casa Branca nos últimos dias, nenhum foi tão penalizado quanto o País, como mostra o quadro abaixo, divulgado pelo multifamily office WHG.

O País ficou em uma situação pior até mesmo que a China.

As tarifas impostas contra os produtos chineses, que chegaram a ser de 60%, estão agora em 30%, depois de os países fecharem um acordo.

Pelo histórico do que aconteceu com a China e outros países, as autoridades brasileiras terão que se sentar à mesa com os americanos para obter uma redução na alíquota.

O Brasil exporta aproximadamente US$ 40 bilhões ao ano para os EUA, o equivalente a 11% das exportações brasileiras. Pelas contas do economista Fernando Fenolio, da WHG, o superávit da balança comercial brasileira poderá ter um impacto de US$ 20 bilhões, caso as empresas encontrem dificuldades para redirecionar as suas vendas.

A queda no superávit comercial aprofundaria o déficit na conta corrente, que poderia se aproximar de 4% do PIB – um patamar historicamente elevado, com potencial de impacto significativamente o câmbio. Mas esse seria um worst case scenario, uma vez que boa parte das commodities podem ser destinadas a outros mercados.

"O que preocupa, no teor da carta, é que há pouca margem de manobra para o Brasil ceder e negociar," disse Fenolio. "Cita questões como o julgamento de Bolsonaro e ações do STF sobre mídias digitais – itens que são muito caros para o Presidente Lula."

A Goldman Sachs estimou que a tarifa efetiva média paga pelas exportações brasileiras suba 35,5 pontos percentuais. O efeito negativo no PIB brasileiro poderá ficar entre 0,3 e 0,4 ponto percentual – isso se não houver retaliação brasileira, o que poderia agravar as consequências para a atividade econômica e a inflação.

"Não está claro se e como o Brasil vai retaliar," disse a Goldman em relatório. "A inclinação política deve ser por fazer algo, mas esperamos que os exportadores locais pressionem o Governo para não aliviar a pressão."

Praticamente 80% das exportações brasileiras para os EUA são de commodities e mercadorias pouco elaboradas.

As exportações de produtos como petróleo e minério de ferro poderão mais facilmente ser redirecionadas para outros mercados – e a China tende a se beneficiar disso, possivelmente tendo acesso a mercadorias em melhores condições.

No setor siderúrgico, as exportadoras brasileiras já haviam sido atingidas pelas tarifas setoriais sobre o aço e atualmente exportam pouco para os EUA, disse o Citi em um relatório. "De maneira geral, a exposição é baixa," disse o banco.

Para a Suzano, de celulose, o mercado americano representa quase 15% de suas exportações. A Klabin vende pouco para os EUA.

A Embraer é uma das companhias brasileiras mais expostas. A ação da empresa caiu 5,7% no after hours da NYSE, depois de ter caído 4,1% no fechamento do dia.

Igor Barenboim, economista-chefe da Reach Capital, comentou que a cotação política da carta de Trump traz o risco de uma radicalização do discurso do Governo brasileiro, com possíveis impactos na dinâmica política interna, num momento em que se discute uma saída para o impasse em torno do IOF.

"Do ponto de vista macro, é importante lembrar também que boa parte da queda do dólar no Brasil veio do enfraquecimento global da moeda americana", afirmou Barenboim. "Corremos o risco agora de não aproveitar essa tendência internacional."

País	Abril	Agosto	Diferença	Importação EUA - 2024 (dólares)
Brazil	10%	50%	40%	$44.1
Myanmar	44%	40%	-4%	$0.7
Laos	48%	40%	-8%	$0.9
Thailand	36%	36%	0%	$66.0
Cambodia	49%	36%	-13%	$13.4
Serbia	37%	35%	-2%	$0.9
Bangladesh	37%	35%	-2%	$8.8
Indonesia	32%	32%	0%	$29.6
Bosnia	28%	30%	2%	$0.2
South Africa	30%	30%	0%	$14.8
Algeria	30%	30%	0%	$2.5
Lybia	31%	30%	-1%	$1.5
Iraq	39%	30%	-9%	$7.7
Sri Lanka	44%	30%	-14%	$3.2
Japan	24%	25%	1%	$152.1
Malaysia	24%	25%	1%	$53.9
Brunei	24%	25%	1%	$0.2
South Korea	25%	25%	0%	$135.5
Kazakhstan	27%	25%	-2%	$2.4
Tunisia	28%	25%	-3%	$1.2
Moldavia	31%	25%	-6%	$0.1
Philippines	17%	20%	3%	$14.6

DISSENHA S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO
CNPJ: 81.638.264/0001-77
NIRE: 41300009058

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

O Diretor Presidente da sociedade DISSENHA S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO, Sr. José Nelson Dissenha Neto, no uso de suas atribuições conferidas pelo Estatuto Social da sociedade, CONVOCA todos os acionistas para participarem da Assembleia Geral Extraordinária, a realizar-se na sede da empresa, à Rua Emilio Kroni, nº 558, Bairro Rocio, Município de União da Vitória, Paraná, no dia 31/07/2025 às 10:00hs em primeira chamada ou às 10:15hs em segunda chamada, com qualquer quórum, para deliberação da seguinte ordem do dia:
a) Deliberação para inclusão de previsão para apuração de Haveres;
b) Alteração do Estatuto Social da sociedade,
c) Outros assuntos de interesse da sociedade.

Uniuv COLTEC www.uniuv.edu.br

BAKRI AFIRMA QUE PROJETO DE FUSÃO ENTRE UNESPAR E UNIUV DEVE SER VOTADO NO SEGUNDO SEMESTRE

Segundo parlamentar, discordância sobre tempo de estabilidade dos funcionários da Uniuv foi resolvida

Da Redação

Foto: Assessoria



Durante entrevista ao programa União é Notícia 2ª Edição da Verde Vale FM 94.1, o deputado Hussein Bakri falou sobre a fusão entre a Uniuv e a Unespar, destacando que a situação da estabilidade dos professores — um dos principais pontos de discordância entre as instituições — já está resolvida.

Bakri também comentou sobre as condições da rodovia BR-476, que preocupa motoristas da região. Confira:

Jornal O Comércio (JOC): Deputado, a fusão entre a Uniuv e a Unespar foi tema de debate na Câmara de Vereadores de União da Vitória nesta semana. O que o senhor pode passar de informação a respeito desse processo?

Hussein Bakri (HB): *Em primeiro lugar eu gostaria de dizer que nós temos que separar quem só é candidato e quem quer trabalhar. Quem quer trabalhar, trabalha. Quem só quer fazer política, atrapalha. Não tem problema sair outro candidato à deputado na cidade, pode sair, é um direito. Na última eleição saíram cinco candidatos em União da Vitória, e é normal. Agora, o que não pode é ficar fazendo política o tempo todo para atrapalhar. Quem começou esse processo todo Uniuv/Unespar, quem foi ao governador, quem lutou e brigou para acontecer? Fui eu e o secretário Aldo Bona. Conseguimos convencer o governador, que no começo não era à favor, por que o Paraná tem o maior número de faculdades que o estado banca, e isso é um problema federal. Convencemos o governador. Tudo certo. Fizemos o acordo das duas universidades. Na hora de assinar, eu já falei disso várias vezes e alguns não querem entender, a Uniuv, usando um direito dela, não concordou. Ela não concordou e não assinou. E disse: "Nós queremos que os nossos professores sejam mantidos na Unespar de 05 para 17 anos. Portanto, mudou. Bom, vamos aceitar. Quando foi para a Unespar aceitar, aí a Unespar não aceitou. A Unespar campus de União da Vitória disse: "Nós não concordamos com a mudança de 05 para 17 anos". O que nós fizemos para agilizar? Trouxemos para Curitiba. A Unespar de Curitiba entrou e concordou e disse que topava. Só que, meu amigo, nisso aí se passou quantos meses? E aí agora é um novo projeto, é um novo processo. Tudo novo. Passa pela SEAP, passa pela Fazenda, passa pela Procuradoria. E agora quero dar uma boa notícia para vocês. Tinha um um parecer que não era tão positivo. O secretário me ligou, avocou para ele, está referendando, vai mandar até o início de agosto para a Casa Civil. Chegando na Casa Civil, vem para a Assembleia e nós vamos votar agora no segundo semestre, com a garantia minha, como líder do governo, que nós vamos votar com muita urgência esse projeto. Portanto, fiquem sossegados, está consolidado. E aí, vai para União da Vitória. Aí, já foge da minha mão. É uma decisão da prefeitura. Eu espero que a prefeitura vá no mesmo caminho. Aqui no governo do estado, está fechado. Fiquem sossegados. Agora, nós não temos culpa pelo atraso. Nós vamos pagar o preço por atitudes de outros? Não merecemos isso. Nós estamos dando sangue aqui, lutando 24 horas por dia para fazer acontecer. E fizemos acontecer. E agora deve vir para a Assembleia pelo menos na segunda semana de agosto. Aí nós vamos votar.*

JOC: A divergência que havia era sobre a estabilidade dos servidores da Uniuv, mas pelo que o senhor afirmou, essa questão está superada, pelo menos no governo do estado.

HB: *Está superada. A divergência era exatamente essa. No primeiro momento, o acordado era que os professores da Uniuv tivessem a garantia de 05 anos da Unespar. E agora foi acertado que ele tem a garantia de 17 anos.*

JOC: Outra questão importante é o estudo sobre as cheias do Iguaçu. O senhor tem alguma novidade sobre este tema?

HB: *Eu recebi essa semana a questão das enchentes. Eu quero colocar o seguinte aqui: ninguém está brincando com o sentimento da população. A maior instituição do gênero aqui no Paraná é a Unilivre. Vocês não imaginam o quanto eles estão trabalhando. Vocês sabem o que é trabalhar em um rio do tamanho do rio Iguaçu? Fazer averiguações da ressaca, fazer averiguações nas corredeiras, fazer as averiguações nas pontes para descobrir qual é a interferência que tem? Você imagina? Só peço que vocês pensem comigo: vocês imaginam o que é isso? Eles vão a União da Vitória daqui uma semana em uma comitiva. (...) O meu objetivo é que isso aí aconteça. Nós vamos identificar isso. Eu acho que termina nos próximos dias, eles vão para União da Vitória nos próximos dias, e aí eles vão mostrar o que que eles estão coletando. Eles já tem algumas descobertas importantes do rio Iguaçu. E qual é o outro trabalho depois? Arrumar o dinheiro para fazer obras. Eu não sei quanto que vai custar. Será que vai custar pouco? Vai custar alguns milhões. Aí nós temos que usar essa força de liderança política, líder do governo, para batalhar, para conseguir, para fazer. Então é uma luta diária.*

JOC: Em relação a possíveis cenários para a presidência da república no próximo ano, o governador Ratinho Júnior aparece à frente de outros governadores que também são cogitados.

HB: *Nunca vivemos um momento como o Paraná está vivendo hoje. Nunca. (...) O Ratinho está muito muito bem consolidado. Essa gestão dele está bem falada no Brasil inteiro. E ele tem um adicional, que é o pai dele. Nós não podemos negar. O pai dele é o segundo lugar de audiência nacional. Onde o pai dele vai, arrebenta. Então, os caras falam assim: "Nós temos que botar um cara sério lá". Sabe? Não é crítica para ninguém. O Ratinho não precisa de sacanagem, não precisa roubar, não precisa fazer nada. Tudo isso vai somando os comentários positivos e fortalece a candidatura do Ratinho Jr.*

JOC: Como o senhor se sente a respeito das obras na BR-476?

HB: *Uma das grandes frustrações que eu tenho é o Governo Federal, não sei porque, se por questões políticas ou o quê, não ter aceito a proposta do governador Ratinho Jr. É só você olhar o que está acontecendo em Palmas, ali para frente, como está a estrada nova. Como é duro você correr atrás e os caras dizerem que não, não podemos aceitar a estadualização. Meu Deus do céu, que absurdo. É o maior crime que estão fazendo com os paranaenses. Não só paranaense, é gaúcho, é paulista, é catarinense. É um absurdo. E aí os caras vem falar que vão fazer, não podemos fazer a estadualização porque nós temos dinheiro para gastar. Que dinheiro você tem para gastar? Onde está esse dinheiro? Eu gosto muito da ministra Gleisi, sempre nos recebeu bem, com carinho, e a culpa não é dela. É do DNIT e do ministro dos Transportes. Um dia falaram para ela que a obra estava a todo vapor, mas que vapor? Aonde? Eu passo lá toda semana. É uma vergonha isso, vergonha o que esses caras estão fazendo. O que não estão fazendo? Então, assim, olha, eu estou decepcionado, triste. Nós fizemos nossa parte, nós podemos botar a cabeça no travesseiro dormir e dizer: "olha, nós fizemos a nossa parte". Agora, lamentavelmente, vamos ter que rezar para que não aconteça nenhuma tragédia aqui. Temos que rezar todos os dias, porque daí na hora que as tragédias acontecem, a conta vem.*



HERBERT
MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO
(42) 3522 - 3444

OFTALMOLOGISTA ALYSSON KAMPMANN ESTREIA NO QUADRO HÁBITOS SAUDÁVEIS DA VERDE VALE FM

Confira um trecho da conversa com o profissional sobre o mundo da oftalmologia

Da Redação



Fotos: Arquivo Pessoal

O quadro Hábitos Saudáveis, da Verde Vale FM 94.1, teve na quarta-feira, 09, a estreia do médico oftalmologista Alysson Kampmann. Quinzenalmente, o profissional levará aos ouvintes e internautas muitas informações relacionadas às doenças oftalmológicas. O doutor Alysson é formado pela faculdade de medicina de Passo Fundo (RS), tendo especialização em oftalmologia no Hospital Evangélico de Curitiba e Hospital de Olhos do Paraná. Confira abaixo um trecho da conversa com o doutor.

Jornal O Comércio (JOC): Como é a estrutura do Instituto de Olhos União?

Alysson Kampmann (AK): *Sempre foi meu sonho construir uma clínica grande, eu sempre fui um entusiasta em investir em equipamentos e tecnologia. Futuramente a gente vai oferecer mais serviços, mais profissionais na área da oftalmologia e algumas subespecialidades específicas, e a gente acabou com o propósito de fazer essa clínica. No Instituto, além do serviço das consultas oftalmológicas, nós temos vários exames complementares dentro da oftalmologia, alguns exames de retina, alguns exames para segmento anterior, para avaliar a saúde ocular como um todo. Então a gente consegue desde a parte da córnea, que é a parte anterior do nosso olho, até a parte da retina, que é a parte posterior, equipamentos que posam avaliar isso. As cirurgias a gente não consegue fazer na clínica ainda, tem que ser feito dentro de um hospital, em uma estrutura mais complexa, com mais profissionais envolvidos. As cirurgias continuo fazendo na APMI e algumas cirurgias mais complexas faço no Hospital de Olhos, em Curitiba.*



JOC: Quais são os procedimentos mais complexos realizados no Instituto de Olhos?

AK: *A gente faz exames pré-operatórios. Por exemplo, uma cirurgia de catarata. Nós conseguimos avaliar a saúde do olho, da córnea, saber o grau da lente que será implantada, a gente consegue corrigir o grau que a pessoa tem para não usar óculos depois. Temos o exame de tomografia de retina também para avaliar a retina e algumas doenças relacionadas com a diabetes, degenaração macular relacionada à idade, exames para avaliar se o paciente tem ceratocone, temos o chamado YAG laser que é utilizado para limpar a lente no pós-operatório de catarata, algumas vezes essa lente pode ficar opaca e precisa limpar, nós temos o aparelho para realizar essa limpeza.*

JOC: Em outras áreas da medicina nós fazemos exames preventivos. Na cardiologia, podemos citar o chek-up. E na oftalmologia, a prevenção também deve ser frequente?

AK: *É essencial fazer exames preventivos. Eu acho que em toda a área da medicina em determinado momento precisa fazer exame preventivo. Nos olhos não é diferente e até há uma frequência para isso. Uma pessoa que usa óculos ela deve pelo menos uma vez por ano fazer uma revisão para avaliar o grau, ver se houve mudança. Após os 40 anos, é necessário fazer a cada dois anos, caso não tenha nenhuma outra doença junto, porque na avaliação nós podemos ver a saúde dos olhos, existe uma doença chamada glaucoma que é uma doença silenciosa e que pode levar à cegueira. E algumas vezes a pessoa só vai descobrir que tem o glaucoma quando já está quase cega, e é uma cegueira irreversível. Então, se é diagnosticada cedo, pode ser tratada. Doenças de retina como a degeneração macular relacionada à idade, envelhecimento da retina, que se diagnosticadas de forma precoce nós podemos retardar o desenvolvimento dessas doenças. Então são várias doenças que a prevenção vai trazer uma vida futura mais saudável para a visão.*

JOC: Quais são os casos mais comuns de cegueira que poderiam ser evitados com a prevenção?

AK: *Vamos classificar a cegueira como reversível e irreversível. A reversível é aquela na qual, com algum procedimento, nós conseguimos devolver a visão ao paciente. E a irreversível é aquele que o paciente perdeu a visão de uma forma que não há tratamento. Nas cegueiras reversíveis, a causa mais comum é a catarata. Uma cirurgia pode devolver a visão e o paciente, se tiver um olho saudável, volta a enxergar 100%. Nas irreversíveis, e aqui entra a parte da prevenção, temos o glaucoma, que é uma doença silenciosa e o paciente vai perdendo o campo de visão porque a pressão do olho está alta e essa pressão não dá nenhum outro sintoma, a pessoa só descobre numa consulta de rotina, onde a gente faz a avaliação da pressão intraocular. E caso seja detectado num estágio precoce, a gente consegue tratar e a pessoa não terá a perda de visão por conta do glaucoma. A degeneração macular relacionada à idade, hoje as pessoas estão vivendo mais, os casos estão aumentando bastante. E também é uma doença que detectada de forma precoce, orientando o paciente sobre os efeitos e evolução da doença, o paciente mesmo consegue identificar quando há uma mudança na visão, e o tratamento precoce pode devolver a visão ou fazer com que ela não piore. Então, as duas principais doenças que podemos evitar é o glaucoma e a degeneração macular. E também o diabetes, que causa alteração nos olhos, faz alguns sangramentos na retina, começa com sangramentos leves. Detectado num estágio precoce, conseguimos tratar para evitar esses sangramentos e não evoluir. Por vezes, o paciente não cuida, não faz as consultas de rotina e chega num estágio muito avançado que pode levar à cegueira.*

JOC: Coceira no olho. Qual a recomendação?

AK: *A coceira pode ser causada não só pela alergia, pode ser às vezes uma infecção nos cílios, tem que ver o que está acontecendo para indicar o tratamento adequado. Lembro que coçar os olhos faz mal, principalmente em crianças e adolescentes esse ato de coçar os olhos pode levar, durante a fase adulta, a uma doença chamada ceratocone. Então, se eu puder dar uma dica, é: não coce os olhos. O ceratocone é uma deformidade da córnea que é muito relacionada a crianças e adolescentes que têm alergia e coçam os olhos, o que causa a deformidade. Em casos avançados, chega a casos de transplante de córnea. Hoje, os maiores casos de transplante de córnea estão relacionados ao ceratocone. Tem vários estágios, os iniciais, os subclínicos que a gente chama, que são aqueles que não chegaram a desenvolver completamente, e tem casos avançados que necessitam de cirurgias. Nesses procedimentos a gente consegue parar a evolução do ceratocone, outros nos quais a gente consegue melhorar a visão, e no caso mais extremo o transplante de córnea que é a única solução para devolver uma boa visão ao paciente.*

JOC: Quem tem descolamento de retina pode fazer cirurgia de catarata?



AK: *A gente divide o olho em seguimento anterior e posterior. A catarata está no segmento anterior e a retina no posterior. A retina descolada é uma emergência médica. Ela precisa ser colocada no lugar o mais rápido possível, no outro dia, na primeira semana ou no máximo no primeiro mês. A partir do momento que a retina está com deslocamento crônico e perdeu a capacidade de enxergar, não adianta tirar a catarata porque quem faz a imagem é a retina. Então você deixa a retina livre para enxergar mas ela perde a funcionalidade. Você está passando por um procedimento que não vai resolver nada.*

JOC: Estrabismo doutor. A cirurgia em crianças é indicada?

AK: *O estrabismo tem alguns tipos que podem ser corrigidos com óculos, a gente consegue colocar o olho no lugar, e outros com a cirurgia. O desenvolvimento da visão da criança vai até os seis, sete anos, então precisamos corrigir o quanto antes. A visão binocular precisa que os dois olhos enxerguem ao mesmo tempo para o mesmo lugar. Então a criança que tem estrabismo não está enxergando com um dos olhos, aquele que está torto o cerébro está suprimindo a imagem. Quanto antes conseguir colocar o olho no lugar, fazer a cirurgia do estrabismo, melhor vai ser para o desenvolvimento da visão da criança. Muitas vezes se falava: ah, vamos esperar a criança crescer para operar. Não, vamos fazer o quantos antes.*

ÓTIMA LOJA Grupo JOC (42) 3522-2042

TRUMP AGRESSIVO E SEM FREIO AJUDA A ESQUERDA?

| Por Walber Guimarães Junior

Toda boa cartilha de marketing eleitoral propõe a criação de uma identidade política, com bandeiras e "inimigo" bem definidos como etapas de consolidação de candidaturas ou grupos políticos, informando que não basta pregar no deserto porque cada mensagem deve ter segmentação e conteúdo compatíveis com o desenho estratégico. Trump tem se esforçado para ajudar nesta construção em inúmeros países.

O primeiro exemplo foi o Canadá, onde o premier Mark Carney sofria com índices baixos de popularidade e expectativa negativa para as eleições, com o seu Partido Liberal ficando vinte pontos atrás dos conservadores. Todavia, as estrepolias de Trump que resolveu que o Canadá seria mais um estado americano, impulsionou Carney e seu partido para uma vitória apertada, porém configurando uma reviravolta inesperada. Trump permitiu que o roteiro de marketing eleitoral fosse cumprido com excelência, se colocando como inimigo e entregando a atrativa bandeira de soberania nacional para tremular nas mãos do Partido Liberal.

Historicamente, conflitos externos sempre proporcionaram coesão interna, despertando o patriotismo e gerando um alinhamento da população com os governantes na defesa dos interesses nacionais. A Venezuela abrindo uma frente externa contra a Guiana, Zelenski se tornando incontestável na Ucrânia... são apenas alguns dos exemplos mais recentes. As ações intempestivas de Trump apontam para a reedição deste cenário em outros países.

Com hiper foco nas questões internas, com a prioridade absoluta de recuperar a economia e o prestígio americano, Trump faz o seu jogo com agressividade, pontuado de ataques e recuos, como um jogador frio que avança, mas mantém sempre a possibilidade de revisões, como um bom truqueiro que joga com ou sem cartas, embora um presidente americano nem precise saber como é jogar de mãos vazias.

Basta um mínimo de atenção para observar que a prioridade de Trump são as questões econômicas americanas e todo seu esforço é em direção à uma balança comercial mais favorável e, para isto, vai atropelar quem estiver no caminho, até aliados históricos, porque o presidente tem interesses e não amigos.

Redividindo o planeta entre americanos e chineses, mantendo os russos ocupados com suas ambições regionais, os EUA sabem que cada centavo do comércio internacional é atacado com astúcia pela China e resta aos americanos apelarem para rearranjos das taxas do comércio mundial, para reverter prejuízos históricos que sofrem com a postura de Nação líder e comprometida com as questões da Aldeia Global, por isso ameaçam a todos para que a parcela americana dos lucros seja cada vez maior.

Cientes da velha regra que "chumbo trocado não dói", os demais países, percebendo que a reação não seria isolada, se sentiram estimulados a devolverem na mesma moeda e, um rápido balanço atualizado, mostra que em todas as nações haverá mais prejuízos do que lucros, até que se reestabeleça um novo ponto de equilíbrio e isto vale também para os americanos.

Voltando o olhar para o Brasil, é um momento tenso e preocupante. Temos volumes de negócios muito elevados com a China, nosso parceiro número 1, mas também com americanos, logo a seguir. Friamente, como nossa pauta de exportações é pouco vulnerável aos concorrentes, é razoável supor que, após os desajustes iniciais, podemos até sair favorecidos com a nova ordenação comercial, não sem antes sofrer com sobressaltos da fase de adequação. Este é o problema: em prazo ainda menor, teremos eleições gerais e todos sabem que o bolso é o principal atributo eleitoral.

O problema é que as desavenças ideológicas entre Trump e Lula, além de sua aproximação com a família Bolsonaro, podem otimizar nossos problemas econômicos. Enquanto aponta o dedo para Alexandre de Moraes, ministro do STF, encontra eco na sua impopularidade, mas quando insinua punições para o Brasil, Trump acende a chama do patriotismo e pode despertar movimentos de coesão a favor da soberania nacional que, ainda que não sejam próximas, podem funcionar como combustível eleitoral para as esquerdas brasileiras.

Entendendo que os tempos em que as ações da CIA americana decidiam mais que as urnas ficaram no passado, Trump teria que ir muito além das bravatas para efetivamente ajudar Bolsonaro ou a direta brasileira. Por enquanto, aumenta o prestígio do ex-presidente, mas não tem potencial para alterar uma única vírgula em suas demandas judiciais, exceto por abrir um caminho diplomático para eventual asilo político.

Avalizado pelos exemplos de outros países, é justo concluir que Trump tem enorme potencial para atrapalhar nossa economia, sendo este o fator realmente relevante em eventual desejo de ajudar a oposição brasileira, todavia concede bandeira e discurso pronto para Lula reduzir sua rejeição ao liderar a reação, se associando ao sentimento do brasileiro que jamais admitiu de bom grado qualquer tipo de sapateado americano em nossa bandeira.

Para quem percebe o fundo do poço da popularidade roçando seus pés, é bem provável que Lula esteja realmente louco para seguir chutando a canela de Trump...



Opinião

Por André Marsiglia

O CASO JUSTUS E A LIBERDADE COMO ENLATADO DE PRATELEIRA

O recente episódio em que um professor e uma psicanalista destilaram ofensas contra a filha de Roberto Justus escancarou um fenômeno corriqueiro no Brasil: a liberdade de expressão como peça decorativa, acionada apenas quando convém.

A cena se repetiu como de costume. De um lado, vozes progressistas passaram a relativizar os ataques, afirmando que eram apenas humor ácido, crítica social ou opinião pessoal. Curiosamente, muitas dessas mesmas pessoas vivem a pregar a regulação das redes, a censura de conteúdos tidos como tóxicos e a responsabilização civil de quem ousa expressar opiniões consideradas ofensivas a seus grupos de afinidade. Quando a vítima muda de lado no tabuleiro ideológico, a régua moral também muda.

De outro lado, setores conservadores e liberais que costumam denunciar os abusos do "politicamente correto" e a perseguição de humoristas — como no caso de Léo Lins —, de repente clamavam por punição exemplar, banimento das redes e responsabilização criminal. Tudo porque o alvo, desta vez, era um empresário com quem simpatizam.

Essa dinâmica é a negação em estado puro da ideia de liberdade como valor. Quando a liberdade de expressão só é defendida quando nos favorece, ela deixa de ser princípio democrático e vira mero instrumento de uso pessoal. É fácil bradar por liberdade para si e exigir mordaça ao outro. Difícil é sustentar coerência quando o discurso adversário nos incomoda, fere ou revolta.

O verdadeiro teste da liberdade é justamente esse: suportar que até mesmo quem detestamos, ou quem diz absurdos que nos afrontam, tenha o direito de falar. Não há qualquer virtude em defender a palavra de quem está do nosso lado. Virtude democrática é aceitar que a liberdade de expressão é escudo coletivo, e não trincheira particular.

No Brasil, esse apego à liberdade como utensílio ocasional decorre de uma cultura política rasa. Não há compromisso autêntico com valores constitucionais. Só há utilitarismo. Quando o discurso nos incomoda, transformamos liberdade em discurso de ódio, crime ou violência simbólica. Quando nos interessa, enaltecemos a coragem do "falante".

Enquanto tratarmos a liberdade como enlatado de prateleira, disponível apenas para temperar as nossas causas, não poderemos reclamar quando outro vier exigir o silêncio que hoje promovemos. Democracia não é um sistema criado para proteger só as nossas sensibilidades. É um ambiente em que todas as vozes, inclusive as repulsivas, têm direito de existir.

É por isso que toda vez que alguém prega o controle da fala alheia, em nome de qualquer virtude, está apenas abrindo espaço para que amanhã a própria fala também seja regulada. Não há meio-termo: liberdade de expressão ou existe para todos, inclusive os desagradáveis, ou não existe para ninguém.



André Marsiglia é advogado e professor. Especialista em liberdade de expressão e direito digital. Pesquisa casos de censura no Brasil. É doutorando em direito pela PUC-SP e conselheiro no Conar. Escreve semanalmente para o Poder360, onde este artigo foi originalmente publicado.

[PeloEstado] ENTREVISTA

IOF, equilíbrio fiscal e segurança institucional

Por Pedro Henrique Acadrolli Rizzardi, especialista em Direito Tributário



Foto: Asses. Comunicação/Divulgação

A recente derrubada, pelo Congresso Nacional, do decreto que aumentava as alíquotas do IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) provocou intenso debate jurídico e político em diferentes esferas da sociedade brasileira. Trata-se de uma decisão que carrega implicações importantes não apenas no campo da política econômica, mas também em relação à estabilidade entre os Poderes da República e, de maneira especial, sobre o grau de previsibilidade tributária no país. A comunidade jurídica, atenta aos movimentos institucionais e econômicos, tem acompanhado com preocupação o desenrolar desse episódio, não apenas pelo aspecto técnico do tributo em si, mas sobretudo pelos reflexos mais amplos que a medida pode representar para o ambiente de negócios e para a relação, sempre delicada, entre o contribuinte e o Estado.

O IOF é um tributo de competência da União que incide sobre operações de crédito, câmbio, seguro, ou relativas a títulos e valores mobiliários. É um imposto que se destaca pela sua característica extrafiscal, ou seja, cuja função principal não é a arrecadação de receitas públicas, mas sim a regulação de determinadas práticas e comportamentos econômicos. A Constituição Federal, ao tratá-lo no art. 153, inciso V, deixou clara essa natureza híbrida e estratégica do imposto. A própria previsão constitucional de que o Poder Executivo pode alterar suas alíquotas por meio de decreto - conforme previsto no §1º do mesmo artigo - revela a intenção do legislador constituinte de conferir maior agilidade ao uso do IOF como instrumento de política econômica, permitindo respostas mais céleres diante de variações no cenário financeiro.

Contudo, embora tenha função prioritariamente extrafiscal, o IOF também possui uma dimensão arrecadatória. Todo imposto, por definição, destina-se a compor o orçamento público, viabilizando o custeio das políticas públicas e a manutenção das atividades do Estado. A coexistência dessas duas finalidades - regulatória e fiscal - não é, em si, problemática. O desafio está em delimitar os contornos que separam o uso legítimo do IOF como mecanismo de intervenção econômica daquele que configura desvio de finalidade, especialmente quando o instrumento é acionado com vistas à recomposição de receitas em contextos de desequilíbrio fiscal.

Foi exatamente esse o contexto em que o Governo Federal editou o Decreto nº 12.499/2025, que elevou as alíquotas do IOF sobre determinadas operações financeiras. A motivação declarada para a medida foi a preocupação com o não atingimento da meta fiscal estabelecida para o ano de 2025. Diante de projeções orçamentárias adversas, a equipe econômica do governo avaliou que seria necessário lançar mão de medidas de ajuste capazes de incrementar a arrecadação em curto prazo, encontrando no IOF um instrumento legalmente disponível e historicamente utilizado para tais fins.

Não se trata, portanto, de uma inovação no ordenamento ou de um rompimento com práticas anteriores. A utilização do IOF com finalidade arrecadatória tem precedentes em diferentes momentos da história recente do país, e sob administrações de diferentes orientações políticas. Em 2008, por exemplo, houve aumento de alíquotas do IOF como forma de compensar a perda de receitas decorrente da extinção da antiga CPMF, conforme estabelecido no Decreto nº 6.339/08. Mais recentemente, em 2021, o Supremo Tribunal Federal validou a edição do Decreto nº 10.797/2021, que majorava as alíquotas do IOF para viabilizar o financiamento do programa social Auxílio Brasil, instituído naquele momento como resposta à crise econômica e social agravada pela pandemia.

Apesar do histórico que tende a favorecer a legalidade da medida adotada em 2025, o Congresso Nacional decidiu sustar os efeitos do Decreto nº 12.499/2025. A justificativa apresentada foi a de que o aumento das alíquotas ultrapassaria os limites razoáveis do poder regulatório conferido ao Executivo, desvirtuando a finalidade extrafiscal do imposto. A decisão parlamentar foi tomada com base no art. 49, inciso V, da Constituição Federal, que permite ao Legislativo sustar atos normativos do Poder Executivo que exorbitem o poder regulamentar ou os limites da delegação legislativa. Na interpretação da maioria dos parlamentares, o decreto teria convertido o IOF em um instrumento meramente arrecadatório, em desacordo com sua destinação constitucional.

O episódio evidencia mais uma faceta da já conhecida tensão entre os Poderes da República. Trata-se de uma manifestação contemporânea da crise institucional que, em diferentes momentos, se expressa ora no campo político, ora no jurídico, ora no econômico. Agora, com a decisão do Congresso, o Supremo Tribunal Federal também se vê envolvido na controvérsia, chamado a desempenhar seu papel de intérprete final da Constituição.

Isso porque a Advocacia-Geral da União (AGU) já protocolou duas ações constitucionais junto ao STF. A primeira busca o reconhecimento da constitucionalidade do decreto presidencial que elevou as alíquotas do IOF, sustentando que o Executivo atuou dentro dos limites constitucionais e legais que lhe são conferidos. A segunda ação, por sua vez, visa à declaração de inconstitucionalidade do ato do Congresso que sustou o referido decreto, sob o argumento de que teria havido invasão de competência do Executivo e violação ao princípio da separação dos poderes.

No fundo, o que está em disputa é a própria interpretação jurídica sobre os limites de atuação do Poder Executivo em matéria tributária, especialmente quando se trata de um tributo com função extrafiscal reconhecida pela Constituição. A decisão do STF será decisiva para esclarecer se o aumento do IOF, motivado por razões fiscais, ainda se insere dentro da moldura constitucional que confere ao imposto a característica de instrumento de regulação econômica. Ao mesmo tempo, o Supremo também precisará deliberar sobre a extensão do poder de controle do Legislativo sobre atos do Executivo, notadamente em temas tributários com alta sensibilidade orçamentária e impacto direto na política fiscal do país.

É importante destacar que a matéria é tecnicamente complexa e carrega implicações relevantes tanto para a política econômica quanto para a arquitetura institucional brasileira. Decisões como essa não afetam apenas os entes diretamente envolvidos - Executivo, Legislativo e Judiciário -, mas impactam também o setor produtivo, o mercado financeiro e a própria sociedade civil. A previsibilidade nas regras tributárias é um fator essencial para a atração de investimentos, a estabilidade dos contratos e a confiança no ambiente de negócios. Qualquer sinalização de insegurança jurídica ou instabilidade institucional pode gerar efeitos indesejados, prejudicando o crescimento econômico e a recuperação das contas públicas.

Além disso, o episódio reitera a necessidade de um diálogo mais aprofundado entre os Poderes, especialmente em temas sensíveis como a tributação e a política fiscal. O fortalecimento das instituições democráticas passa, necessariamente, pela observância dos limites de competência de cada Poder e pelo respeito às regras do jogo constitucional. Ainda que haja divergências legítimas sobre a melhor forma de conduzir a política econômica, é fundamental que essas diferenças se manifestem dentro dos canais institucionais apropriados e com base em argumentos jurídicos sólidos.

Em última análise, o julgamento do STF sobre o caso representará mais do que uma simples definição sobre a validade de um decreto presidencial ou de um ato do Congresso. Trata-se de uma oportunidade para reafirmar os princípios constitucionais que regem o sistema tributário brasileiro e para oferecer maior clareza sobre os limites e possibilidades do uso de instrumentos fiscais e extrafiscais. A decisão terá repercussões importantes para a governabilidade, para a transparência fiscal e para a segurança jurídica no país.

À sociedade, cabe acompanhar com atenção e responsabilidade o desfecho dessa controvérsia.

Integração Editorial

Associação de Diários do Interior SANTA CATARINA

APJSC Associação dos Portais de Notícias e Jornais Digitais de Santa Catarina

/peloestado peloestado.com.br

Produção e edição: ***ADI/SC - Jornalista Celina Sales com colaboração de Cláudia Carpes.***
Contato peloestado@gmail.com
Diagramação: ***Celina Sales***

SUPERMERCADO REVIWER (42) 3522-5875



Coluna Social por Ana Cabral Sitamar Brittes

Radar



Inaugurou recentemente em União da Vitória a **Pelviclin**. A Clínica se dedica ao cuidado da saúde pélvica de mulheres, homens e crianças, oferecendo tratamentos personalizados para quem enfrenta desafios como incontinência urinária, dores, constipação, disfunções e dificuldades no pós-parto ou pós-cirurgias. O espaço está localizado na Rua Prudente de Morais, 561.

O médico **Neomar Roman**, integrante do corpo clínico do Hospital Regional de Caridade Nossa Senhora da Aparecida – São Camilo, em União da Vitória, foi um dos homenageados na primeira edição da Medalha Heróis de Curar, concedida pela Associação Médica do Paraná (AMP). A cerimônia de entrega aconteceu no dia 30 de maio, em Curitiba, e reuniu médicos de diversas regiões do estado, autoridades, familiares e convidados. Parabéns!



No último sábado, 05, o **7º Colégio da Polícia Militar** realizou a 4ª edição do seu tradicional Arraiá, um dos melhores da região, reunindo estudantes, familiares, professores e policiais militares em uma grande confraternização. A festa contou com apresentações de quadrilhas, barracas com comidas típicas, brincadeiras, música ao vivo, fogueira e muita animação. Destaque para a Cabine de Fotos personalizada, que garantiu registros divertidos e inesquecíveis desse momento de integração entre escola e comunidade.









O Cine Ópera, em Porto União, ficou lotado na noite do sábado, 05, para mais um espetáculo do **Studio de Dança MR**. A reconhecida **Máfia MR** apresentou o Fragmentos - Capítulo XIV, digno de aplausos, sob o comando das professoras Maureen Rodrigues, Ana Scapin e Heloisa Rhinow. Parabéns!!! Fotos: Rafael Diego Fotografias.

SUPREMA #MAIS QUE PIZZARIA 3522-0334

ESPORTE

Por Ricardo Silveira

IGUAÇU EMPATA COM O SAMAS PELA 2ª DIVISÃO DO PARANAENSE SUB-20

Times marcaram no primeiro tempo; equipe de União da Vitória segue vice-líder do grupo

Foto: Rafael Diego Fotografias



Em duelo válido pela 2ª Divisão do Campeonato Paranaense Sub-20, o Iguaçu empatou por 1 a 1 com o Samas na tarde desta quarta-feira, 09. A partida, disputada com equilíbrio, teve os dois gols marcados ainda na primeira etapa.

Jael abriu o placar para a equipe de União da Vitória aos 24 minutos. O atacante recebeu pela direita, girou sobre a marcação e finalizou cruzado, sem chances para o goleiro.

A resposta do Samas veio logo em seguida. Aos 28, em rápido contra-ataque, a bola foi lançada na entrada da área. O goleiro Pedro, do Iguaçu, falhou ao tentar afastar e Lucas aproveitou o rebote para empatar.

Nos outros jogos da rodada, o São Joseense venceu o Batel por 2 a 0, fora de casa. Prudentópolis e Iraty ficaram no 1 a 1.

Com os resultados, o São Joseense lidera o grupo com 21 pontos, seguido pelo Iguaçu (14), Iraty (12), Batel (9), Prudentópolis (6) e Samas (2).

O Iguaçu volta a campo no sábado, 12, quando enfrenta o Iraty fora de casa, pela penúltima rodada da primeira fase. O Samas encara o Independente São Joseense, também como visitante.

VARZEANO DEFINE CLASSIFICADOS COM JOGOS DECISIVOS EM SÃO CRISTÓVÃO

Semifinais das categorias Veterano e Master e quartas do Livre serão disputadas no fim de semana

Foto: Ricardo Silveira



O Campeonato Varzeano entra em sua reta decisiva com jogos decisivos programados para este fim de semana no Estádio Álvaro Randon (Migé), em São Cristóvão. No sábado, 12, acontecem as semifinais das categorias Veterano e Master.

Às 13h30, Santa Rosa/Sul Formas encara o Clube Atlético Ferraria pela chave B do Veterano. Já às 15h30, é a vez da semifinal Master, com Ferraria enfrentando o 50tinha/São Mateus pela chave A.

No domingo, 13, as atenções se voltam para as quartas de final da categoria Livre. Às 13h30, o Só Amigos/Di Paula enfrenta o Souza/Iguaçu, enquanto Bombas/Alves Transportes completa a rodada. Mais tarde, às 15h30, Fortaleza/Engenhalves mede forças com Sunset, e Conceito encara o Santa Rosa.

Lembrando que no fim de semana passado, já aconteceram confrontos eliminatórios da competição. Panorama/São João AP e Aeroporto Di Paula se classificaram na categoria Livre. No Máster, o Santa Rosa/Ceará e nos Veteranos a equipe do Silk Uniformes.

JOGO RÁPIDO

Após pausa para as etapas dos Jogos Abertos do Paraná, a **Chave Bronze do Campeonato Paranaense de Futsal** retorna neste fim de semana. A **ACAU** entra em quadra neste sábado, 12, para enfrentar o Luanda Futsal, a partir das 20 horas, no ginásio Isael Pastuch, em União da Vitória.

O **Campeonato de Bocha do Interior de Porto União** continua neste sábado, 12, no Rancho da Amizade. A programação inicia às 13h30 com o confronto entre Os Novatos e Vinhos Santa Cruz. Em seguida, às 14 horas, Os Parentes enfrentam o Trio Amarelo; às 14h30, A Máfia joga contra a Associação B Misto; e às 15 horas, Amigos da Bocha medem forças com o Trio do Juca.

O Vale do Iguaçu recebe o **27º Enduro das Cachoeiras**, organizado pelo Motoclube de Porto União da Vitória, que deve reunir mais de 150 pilotos de diversas cidades do país. No sábado, 12, a partir das 9 horas acontece a largada promocional em comboio, seguindo para largada oficial às 10 horas, na Praça Coronel Amazonas, em União da Vitória. As disputas valem pontos para os campeonatos Paranaense e Catarinense.

FINAIS DO MUNICIPAL DE FUTEBOL SETE MOVIMENTAM O INTERIOR DE PORTO UNIÃO

Decisões das categorias ocorrem neste domingo, no campo do Maratá

O Campeonato Municipal de Futebol Sete do interior de Porto União, promovido pelo Departamento Municipal de Esportes (DME), chega à sua fase final neste domingo, 13, com jogos decisivos no campo do Maratá. Ao todo, seis partidas vão definir os campeões e terceiros colocados das categorias Veterano, Prata, Master e Ouro.

A rodada começa às 9h com o confronto entre Lança e São Miguel da Serra, valendo o terceiro lugar na categoria Veteranos. Às 10h, São Miguel "A" enfrenta Barra Grande na final da Copa Prata.

Na sequência, às 11h, Bardella e São Miguel disputam o título da categoria Master. Já no início da tarde, às 13h30, Legru e Gera Santa Cruz entram em campo pela medalha de bronze da categoria Ouro.

Às 14h30, será a vez da final dos Veteranos, entre Veteranos do Maratá e Amigos de Santa Cruz. Fechando o domingo de decisões, Maratá e Rio dos Pardos disputam, às 15h30, o título da categoria Ouro.

De acordo com a organização, o campeão da Copa Prata também garante o direito de puxar o terceiro colocado da categoria, conforme o regulamento da competição.

UnC Universidade do Contestado
www.unc.br



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 09ª REGIÃO
VARA DO TRABALHO DE UNIÃO DA VITÓRIA/PR
Rua Coronel Joao Gualberto, 330, Centro, União da Vitoria - Paraná - CEP: 84600-210.
Telefone: (42)3903-3851– vdt01uva@trt9.jus.br

EDITAL DE PRAÇA, LEILÃO E INTIMAÇÃO

O(A) Excelentíssimo(a) Sr.(a) Dr.(a) Juiz(a) do Trabalho da Vara do Trabalho de União da Vitória/PR, FAZ SABER, a todos os interessados, que será realizado LEILÃO POR MEIO ELETRÔNICO pelo Leiloeiro Oficial Elton Luiz Simon - Jucepar 09/023-L, no site https://www.simonleiloes.com.br, para alienação do(s) bem(ns) abaixo descrito(s), a ser realizado no dia **12/08/2025 (1º Leilão), às 13:30 horas**, (por valor superior ao da avaliação), e, caso seja negativo o primeiro leilão, desde logo fica designado o segundo leilão para o dia **21/08/2025 (2º Leilão), às 13:30 horas**, ocasião em que a arrematação do(s) bem(ns) poderá ocorrer a partir de 50% (cinquenta por cento) o valor da avaliação.
Local do leilão: Site do Leiloeiro - www.simonleiloes.com.br.

Autos: 0000760-59.2021.5.09.0026
Autor: BRUNA RAQUEL LIPINSKI
Réu(s): UNBROKEN BOX SPORT CENTER LTDA, FERNANDA ERHARDT SILVA
BEM(NS): Lote n.º 13 da quadra "31", com a área de 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados), situado na Estrada Geral de Areias do Meio, no Loteamento denominado "Nova Governador Celso Ramos - Norte", bairro Areias do Meio, na cidade de Governador Celso Ramos, na Comarca de Biguaçu/SC, com as seguintes medidas e confrontações: ao Norte, na extensão de 14,40 metros, com a Área de Preservação Permanente "APP1"; ao Leste, na extensão de 25,00 metros, com o lote 14 da quadra "31"; ao Sul, na extensão de 14,40 metros, com a Estrada Geral de Areias do Meio; ao Oeste, na extensão de 25,00 metros, com o lote 12 da quadra "31". Imóvel cadastrado na respectiva Prefeitura sob n.º 01.08.015.5090.001 - Com demais limites e confrontações constantes na Matrícula sob n.º 42.698, do Registro de Imóveis da Comarca de Biguaçu/SC. INSCRIÇÃO / REDUZIDO 01.08.073.0129.001 / 22362. Localização do Imóvel: AVENIDA DO ESTADO, BAIRRO AREIAS DE BAIXO, LOTEAMENTO NOVA GOVERNADOR CELSO RAMOS.
AVALIAÇÃO: R$ 200.000,00 em 26/12/2024.
ÔNUS: Consta na Matrícula sob n.º 42.698, do Registro de Imóveis da Comarca de Biguaçu/SC: AV-06: INDISPONIIBILIDADE DE BENS extraída dos autos nº 5003761-02.2021.8.21.6001 da 2ª Vara Cível do Foro Regional de Tristeza, Comarca de Porto Alegre/RS; AV-07: INDISPONIIBILIDADE DE BENS extraída dos autos nº 0001102-21.2020.5.12.0059 da Vara do Trabalho de Palhoça/SC; AV-08: INDISPONIIBILIDADE DE BENS extraída dos autos nº 0000760-59.2021.5.09.0026 da Vara do Trabalho de União da Vitória/PR; R-09: PENHORA extraída dos autos nº 0000760-59.2021.5.09.0026 da Vara do Trabalho de União da Vitória/PR, juízo deprecante e mandado de cumprimento de Carta Precatória sob nº 0001513-12.2024.5.12.0031 da 1ª Vara do Trabalho de São José/SC.
DEPOSITÁRIO: ELTON LUIZ SIMON.

Autos: 0000384-44.2019.5.09.0026
Autor: CLAUDECIR ESKUDLARECK
Réu(s): KATIA COTOSKY E CIA LTDA, KATIA COTOSKY, ANSELMO ROVEDA JUNIOR
BEM(NS): 01 (um) terreno, situado na zona urbana da cidade de Barra Velha/SC, constituído pelo Lote 31, da Quadra I, do Loteamento Jardim Cristina, com área de 165,00m2, com as medidas e confrontações constantes da respectiva matrícula imobiliária nº 13.978 do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Barra Velha/SC. LOCALIZAÇÃO: Rua das Violetas, s/n, Condomínio Residencial Satélite, portão 05, bairro Quinta dos Açorianos, Barra Velha/SC. BENFEITORIAS: edificado com uma casa em alvenaria, coberta com telhas de cerâmica, com aproximadamente 80m2.
OBSERVAÇÃO: LANCE MÍNIMO PARA O 2º LEILÃO 70% DO VALOR DA AVALIAÇÃO.
AVALIAÇÃO: R$ 190.000,00 em 08/01/2025.
ÔNUS: Consta na matrícula nº 13.978 do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Barra Velha/SC: AV-03: INDISPONIBILIDADE DE BENS extraído dos autos nº 0000384-44.2019.5.09.0026 da Vara do Trabalho de União da Vitória/PR; AV-05: PENHORA extraída dos autos nº 0000686-84.2023.5.12.0047 da 3ª Vara do Trabalho de Itajaí/SC, sendo que o juízo deprecante é a Vara do Trabalho de União da Vitória, autos nº 0000384-44.2019.5.09.0026, em que é exequente CLAUDECIR ESKUDLARECK.
DEPOSITÁRIO: ELTON LUIZ SIMON.

Autos: 0000794-97.2022.5.09.0026
Autor: SANDRO FERREIRA RIBAS
Réu(s): EMOTUR TRANSPORTES E LOCACAO DE VEICULOS LTDA
BEM(NS): Data nº 3, da quadra nº 12, com a área de 480,00 m², situada na Planta do Loteamento denominado Jardim Nossa Senhora Aparecida, na cidade e Comarca de Campo Mourão/PR, com as demais medidas e confrontações descritas na matrícula sob nº 924 do 2º Ofício de Registro de Imóveis de Campo Mourão/PR. Localização: Rua Maria Olímpia Jardim, nº 2522, Jardim Nossa Senhora Aparecida, Campo Mourão/PR. Benfeitorias: sala comercial medindo aproximadamente 90 m², com estrutura e paredes de alvenaria, com piso cerâmico, com cobertura de telhas de cimento, com forro de PVC, em bom estado de conservação.
AVALIAÇÃO: R$ 525.000,00 em 20/05/2024.
ÔNUS: Consta na matrícula sob nº 924 do 2º Ofício de Registro de Imóveis de Campo Mourão/PR: R-02: ARRESTO extraído dos autos 248/97 da 01ª Vara Cível de Campo Mourão/PR, em que é exequente FAZENDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO/PR; R-03: ARRESTO extraído dos autos 306/2002 da 01ª Vara Cível de Campo Mourão/PR, em que é exequente FAZENDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO/PR; AV-06: INDISPONIBILIDADE DE BENS extraída dos autos 0000193- 33.2018.5.09.0026 da Vara do Trabalho de União da Vitória/PR; AV-08: INDISPONIBILIDADE DE BENS extraída dos autos 0001052-44.2021.5.09.0026 da Vara do Trabalho de União da Vitória/PR; AV-14: INDISPONIBILIDADE DE BENS extraída dos autos 00004467920225090026 da Vara do Trabalho de União da Vitória/PR; AV-15: INDISPONIBILIDADE DE BENS extraída dos autos 0000454-22.2023.5.09.0026 da Vara do Trabalho de União da Vitória/PR; AV-16: INDISPONIBILIDADE DE BENS extraída dos autos 0000753-96.2023.5.09.0026 da Vara do Trabalho de União da Vitória/PR; R-17: PENHORA extraída dos autos 0000794-97.2022.5.09.0026 da Vara do Trabalho de União da Vitória/PR, em que é exequente SANDRO FERREIRA RIBAS.
DEPOSITÁRIO: ELTON LUIZ SIMON.
Autos: 0062000-55.1998.5.09.0026
Autor: RUTE TREUK, EURIDES PEDRO FERNANDES, ANTONIO MARCOS ALVES PEREIRA, LUIZ PAULINO ALVES PEREIRA, JOAQUIM DE OLIVEIRA, PEDRO DE OLIVEIRA, ANA ROSA DE OLIVEIRA, VILSON DE OLIVEIRA, JOAO HENRIQUE STEFANI, VALDICLEI DOS SANTOS.
Réu(s): RENATO MOECKE, FERNANDO GERSON MOECKE, OLARIA SAO NICOLAU LTDA, MOECKE FILHOS, Espólio de Horst Egon Moecke, Espólio de Ruth Carmen Moecke.
BEM(NS): Um lote de terreno urbano sob n.º 1540, da quadra n.º 42, Setor n.º 10 (Cadastro Municipal), da Prefeitura Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, com a área de 1.000,00m², situado na Avenida Iguaçu, no quadro urbano de União da Vitória, Estado do Paraná, com as medidas e confrontações constantes na Matrícula sob n.º 4.668, do 2º Serviço de Registro de Imóveis da Comarca de União da Vitória, Estado do Paraná.
AVALIAÇÃO: R$ 220.000,00 em 21/02/2025.
ÔNUS: Consta na Matrícula sob n.º 4.668, do 2º Serviço de Registro de Imóveis da Comarca de União da Vitória, Estado do Paraná: R-06: PENHORA extraída dos autos nº 354/2004 da Vara do Trabalho de União da Vitória/PR, promovida por João Henrique Stefani; R-07: ARRESTO extraído dos autos nº 2008.70.14.000631-0 da Vara Federal de União da Vitória/PR, promovida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA; AV-08: Foi decretada a quebra de Cabana Indústria e Comércio de Casas Pré-Fabricadas S/A, em 19/02/2002, nos autos de Falência nº 539/1994, tornando nulos os registros efetuados após a sentença de abertura da falência; AV-09: O Arresto objeto do R-07/4.688, é sobre 25% da área; R-10: PENHORA extraída dos autos nº 2008.70.14.000631-0 da Vara Federal de União da Vitória/PR, promovida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA; R-11: PENHORA extraída dos autos nº 5001156-39.2013.4.04.7014 da 1ª Vara Federal de União da Vitória, promovida por UNIÃO FAZENDA NACIONAL; AV-12: INDISPONIBILIDADE DE BENS ofício nº 202108.2509.00402504-IA-920, oriundo da Vara do Trabalho de União da Vitória/PR; AV-13: INDISPONIBILIDADE DE BENS ofício nº 202108.2509.00402504-IA-920, oriundo da Vara do Trabalho de União da Vitória/PR; AV-14: INDISPONIBILIDADE DE BENS ofício nº 202108.2509.00402504-IA-920, oriundo da Vara do Trabalho de União da Vitória/PR; AV-15: INDISPONIBILIDADE DE BENS ofício nº 202201.1013.01962689-IA-850, oriundo da Vara do Trabalho de União da Vitória/PR; R-17: PENHORA extraída dos autos nº 0062000-55.1998.5.09.0026 da Vara do Trabalho de União da Vitória/PR, em que é reclamante RUTE TREUK e outros.
DEPOSITÁRIO: ELTON LUIZ SIMON.

Autos: 0001658-67.2024.5.09.0026
Autor: ADRIANO VISKOSKI
Réu(s): ADILSON LUIS SALVADOR EIRELI, ADILSON LUIS SALVADOR
BEM(NS): Marca/Modelo: GM/CORSA ST, Renavam: 0073.981525-3, Chassi: 9BGSC80N01C124821, Placa: AJJ-5D61, Município: MALLET/PR, Ano de fabricação/modelo: 2000/2001, Combustível: GASOLINA, Cor: BRANCA, em funcionamento e regular estado.
AVALIAÇÃO: R$ 22.000,00 em 10/06/2025.
ÔNUS: Os que constarem nos autos.
DEPOSITÁRIO: ADILSON LUIS SALVADOR, RUA RIO CLARO, 62, JARDIM BELA VISTA, MALLET/PR - CEP 84570-000.

Caso as partes, eventuais credores hipotecários, proprietários, coproprietários, usufrutuários, constantes no registro de imóveis, não sejam encontradas ou cientificadas, por qualquer razão, da data da Praça quando da expedição da intimação respectiva, valerá o presente como edital de intimação de praça única.
A contagem do prazo para eventuais recursos quanto à expropriação iniciar-se-á no primeiro dia útil seguinte à data designada para o leilão, independentemente de nova intimação.
O executado somente poderá efetuar a remição da execução até o momento que anteceder o início da realização do leilão.
Os arrematantes/adjudicantes concorrerão com as despesas de publicação do edital, além das despesas de remoção e armazenagem do depositário (quando houver). O pagamento das despesas de ICMS para os bens móveis será de responsabilidade do arrematante.
Admitir-se-á a aquisição dos bens de forma parcelada, mediante o pagamento de sinal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor do lanço no ato e o saldo em prestações mensais e consecutivas, vincendas a cada 30 (trinta) dias ou no primeiro dia útil subsequente, a contar da data da hasta pública. Os valores das prestações vincendas deverão ser depositados à disposição desta Vara do Trabalho nas datas dos respectivos vencimentos, com a devida atualização pelo IPCA-E, a ser calculado pela Vara. Caso não seja efetuado o pagamento das parcelas, o arrematante perderá todos os depósitos efetuados em favor da execução, inclusive o sinal, tudo conforme PROVIMENTO CORREG nº 01/2005. O juízo somente autorizará a entrega do(s) bem(ns) móvel(is) arrematado(s) mediante pagamento integral do lance, ficando a critério do juiz outras garantias, inclusive a real ou a fidejussória.
Os bens serão leiloados no estado em que se encontram e para os imóveis a venda será ad corpus, devendo o interessado certificar-se de suas condições antes de ofertar seu lanço. O arrematante assume a responsabilidade por eventual regularização que se fizer necessária. Deverá também cientificar-se previamente das restrições impostas pelas legislações municipal, estadual e federal aos imóveis, no tocante ao uso do solo ou zoneamento, passivo ambiental, e, ainda, das obrigações decorrentes das convenções e especificações de condomínio, quando for o caso, as quais estará obrigado a respeitar em decorrência da arrematação dos imóveis.
Fica o exequente ciente de que poderá participar da hasta, na qualidade de arrematante, pessoalmente ou através de seu procurador com poderes específicos, devendo ser apresentado no ato o instrumento de mandato. O lanço oferecido pelo exequente prefere ao lanço igual a de outro licitante, desde que ocorra o pagamento imediato da comissão do Leiloeiro.
A arrematação será considerada perfeita, acabada e irretratável tão logo assinado o auto pelo juiz, pelo arrematante e pelo leiloeiro, observadas as disposições do art. 903 do CPC. A assinatura do juiz na decisão que defere a alienação supre a ausência de assinatura no auto de arrematação. O auto de arrematação assinado pelo Juiz, ou a equivalente decisão que defere a arrematação, será juntado aos autos até, no máximo, no primeiro dia útil seguinte ao término do leilão e o prazo de 10 (dez) dias para impugnação de que trata o art. 903, § 2º, do CPC fluirá a partir do segundo dia útil (inclusive) seguinte ao término do leilão independentemente de intimação (arts. 267 a 271 do Provimento Geral da Corregedoria Regional – TRT9).
O pagamento dos impostos incidentes sobre o bem arrematado anteriores a arrematação NÃO serão de responsabilidade do arrematante em conformidade com o contido no art. 130 § único do CTN. O pagamento de eventuais débitos condominiais será de responsabilidade do arrematante.
Todavia, serão de responsabilidade do arrematante os tributos provenientes da transmissão intervivos da propriedade imóvel (artigo 35, I, do CTN), cujo pagamento deverá ser comprovado perante o Oficial do Registro quando da apresentação da Carta para transmissão. O pagamento de eventuais débitos condominiais será de responsabilidade do arrematante.
Correrão por conta do arrematante/adjudicante ou remitente as despesas de publicação do edital e os custos relativos à desmontagem, remoção, armazenagem, transporte e transferência patrimonial dos bens, se houver. As despesas de ICMS sobre os bens móveis serão por conta do arrematante.
Fixa-se o percentual de 5% (cinco por cento) do valor da arrematação a título de honorários do leiloeiro, aí incluídas as despesas relacionadas ao ato, inclusive divulgação, os quais serão suportados pelo arrematante, daí excepcionada a hipótese de ADJUDICAÇÃO, na qual o honorários serão de 2% (dois por cento) sobre o valor da avaliação, a cargo do respectivo interessado.
Nas hipóteses de PAGAMENTO ou ACORDO o leilão somente será suspenso mediante a comprovação tempestiva do pagamento de todos os valores devidos na execução, inclusive despesas processuais, emolumentos e honorários do Sr. Leiloeiro, na forma do artigo 826 do NCPC.
Autoriza-se o acesso do leiloeiro ao(s) bem(ns) penhorado(s) para as verificações de praxe, na companhia de eventuais interessados na sua aquisição.
Na modalidade eletrônica serão aceitos lances antecipados desde a inserção do leilão no site do leiloeiro até o encerramento do ato. O leilão terá início no dia e hora designada e os bens serão apregoados um a um, conforme ordem dos bens cadastrados no site do leiloeiro. Ao apregoar cada bem, a contagem regressiva será iniciada, e a cada novo lance o cronômetro será prorrogado por pelo menos 3 (três) minutos para que todos os usuários interessados tenham oportunidade de ofertar novos lances, correndo por conta e risco do licitante a decisão de ofertar lance nos segundos finais em razão de possível instabilidade do sistema/internet.
O juízo responsável pela designação da hasta pública ou o leiloeiro público oficial não serão responsabilizados por qualquer dano, prejuízo ou perda no equipamento do usuário causados por falhas no sistema, no servidor ou na internet.
O interessado em ofertar lances de forma eletrônica deverá efetuar cadastro prévio junto ao site do leiloeiro e solicitar habilitação, sendo o cadastro requisito indispensável para participação na alienação judicial eletrônica, responsabilizando-se o usuário, civil e criminalmente pelas informações lançadas por ocasião do cadastramento. Os lançadores on-line estarão vinculados às mesmas normas processuais e procedimentais destinadas aos lançadores de leilões presenciais, inclusive quanto à responsabilidade civil e criminal.
Caso reste negativo o leilão, fica desde já autorizado o leiloeiro, transcorridos dez (10) dias da realização da hasta, a promover a venda direta dos bens penhorados nos presentes autos, pelo prazo de noventa (90) dias, na forma da lei. As partes deverão se manifestar quanto à venda direta no prazo de 05 (cinco) dias após o resultado da hasta pública, sob pena de preclusão.
O presente será publicado em jornal e afixado no lugar de costume no átrio deste Juízo.
União da Vitória/PR, 8 de julho de 2025.

Juiz Titular da Vara do Trabalho



SISTEMA FAEP
SENAR PARANÁ | FAEP FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA DO ESTADO DO PARANÁ 60 | SINDICATO RURAL

Concurso de música da FAEP

Preparem as sanfonas, afinem as violas e aqueçam a voz! Está no ar o Concurso de Música do Sistema FAEP, lançado em comemoração aos 60 anos de existência da entidade.

Para celebrar seis décadas de defesa da família do campo e do fortalecimento do agronegócio paranaense, a federação está convocando os talentos do meio rural para participar dessa homenagem. O vencedor receberá um acordeom, uma viola caipira e um vale-presente no valor de R$ 10 mil. O segundo colocado será premiado com um violão 12 cordas e um vale-presente de R$ 5 mil.

Para participar é fácil, basta ter mais de 16 anos, morar no Paraná e ter uma música inédita e original para inscrever. A participação pode ser individual ou em grupo musical formado por até cinco pessoas. Os estilos musicais desejados são aqueles de vertente sertaneja, caipira ou regionalista. Outros estilos também podem concorrer desde que tenham forte ligação com o meio rural. As músicas serão avaliadas com base nos critérios de criatividade, originalidade, melodia, letra e interpretação. A ideia é que as composições concorrentes falem dos 60 anos da FAEP.

O regulamento completo do concurso está disponível no site do Sistema FAEP (***sistemafaep.org.br***). As inscrições devem ser feitas até o dia 15 de setembro desse ano. Serão escolhidos dois finalistas, que se apresentarão no Encontro Estadual de Líderes Rurais, no dia 5 de dezembro, em Curitiba. Nessa data também será anunciado o grande vencedor do concurso. Participe!

sistemafaep.org.br

ACIPU Associação Empresarial de Porto União

ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE PORTO UNIÃO – ACIPU
Rua Siqueira Campos 11, 1 Andar – Centro – Cep: 89400-000
CNPJ: 85.752.494.0001/25

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

São convocados os senhores associados, em pleno gozo dos seus direitos sociais, conforme previsto no art 27 , alínea "b", a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária , a se realizar no dia 05 de agosto de 2025, ás 19h00min, e, em não havendo quórum, ás 19h30min, em segunda chamada, na OAB/PU - Rua Eurico Borges dos Reis - 45 Cidade Nova Porto União (atrás do SUS de Porto União), a fim de deliberarem sobre a seguinte ORDEM DO DIA:

1) Reforma ampla e geral do Estatuto da Associação , cuja proposta da redação encontra-se disponível para análise e consulta prévia na secretaria da entidade, na Rua Siqueira Campos 11, 1 Andar – Centro- Porto União , sede da Associação Empresarial de Porto União – ACIPU

Porto União /SC 04 de julho de 2025.

VANDERLEI STIEGLER:95078185968
Assinado de forma digital por VANDERLEI STIEGLER:95078185968
Dados: 2025.07.04 15:13:05 -03'00'

VANDERLEI STIEGLER
PRESIDENTE ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE PORTO UNIÃO - SC

Tendo em vista Diligência Registral nº 2591, em trâmite no 2º Serviço de Registro de Imóveis da Comarca de União da Vitória – PR, o qual possui por objeto a compra e venda do imóvel, matriculado sob o nº 1.368, gravado com cláusula de enfiteuse, figurando como comprador o Sr. Adailton Leski. Notificamos os senhorios diretos Anibal Pinto Rebelo e a sua mulher Stella Amazonas Rebelo e/ou seus herdeiros, para exercerem seu direito de preferência sobre o imóvel acima mencionado, informamos que os interessados deverão comparecer junto à Serventia citada, com endereço na Rua Benjamin Constant, 750, Sala 01, Centro, União da Vitória – PR. Prazo de 30 (trinta) dias para o exercício do direito contados a partir da última publicação, a qual será realizada por três vezes consecutivas em jornal local de grande circulação.







Comercial Bandeirante 3522-3993

INSS: REEMBOLSO DE DESCONTO ILEGAL COMEÇA DIA 24; SAIBA COMO ADERIR

Aposentados e pensionistas podem aderir a acordo a partir desta sexta

Por Agência Brasil

A partir desta sexta-feira, 11, os aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) vítimas dos descontos ilegais de mensalidades associativas poderão aderir ao acordo de ressarcimento proposto pelo governo federal.

Homologado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), o plano de restituição dos valores deduzidos sem a autorização dos segurados do INSS é fruto de um acordo entre o Ministério da Previdência Social, o INSS, a Advocacia-Geral da União (AGU), a Defensoria Pública da União (DPU), o Ministério Público Federal (MPF) e o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

Aderindo ao acordo, os segurados com direito à reparação financeira receberão em suas contas, em uma única parcela e sem precisar aguardar por uma decisão judicial, todo o valor descontado ilegalmente entre março de 2020 e março de 2025, corrigido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Segundo o presidente do INSS, Gilberto Waller, os primeiros pagamentos serão liberados no próximo dia 24. A partir daí, o cronograma de ressarcimento prevê pagamentos diários, em lotes de até 100 mil pessoas, até que todos os casos sejam concluídos.

"A ideia é que, a partir de 24 de julho, comecemos a virar essa página. É quase como que pedir desculpas a nossos aposentados e pensionistas, que foram roubados, fraudados, e que são vítimas. E o INSS – com o apoio do Ministério da Previdência Social e a determinação do governo – está disposto a fazer o pagamento de maneira rápida e integral", assegurou Waller.

Em entrevista coletiva nesta quinta-feira (10), ele e o ministro da Previdência Social, Wolney Queiroz, detalharam o cronograma do acordo de ressarcimento.

De acordo com o presidente do INSS, dos cerca de 9 milhões de beneficiários consultados, aproximadamente 3,8 milhões questionaram os descontos de mensalidades associativas em seus benefícios. Desses, pouco mais de 1,86 milhão de aposentados e pensionistas já estão aptos a aderir ao acordo.

Adesão

A adesão ao acordo será feita gratuita e exclusivamente pelo aplicativo Meu INSS ou presencialmente nas agências dos Correios. No aplicativo, o interessado deve acessar a aba "Consultar Pedidos", clicar no item "Cumprir Exigência", assinalar a opção "Aceito Receber", localizada no fim da página e, então, clicar em "Enviar". Não é necessário enviar nenhum documento além dos já apresentados.

"O INSS e o Ministério da Previdência não vão ligar, não vão mandar links, e-mails ou qualquer outra forma de comunicação além da que será feita pelo aplicativo Meu INSS ou presencialmente, em uma agência dos Correios", alertou Waller, acrescentando que, em nenhuma hipótese, será cobrado algum valor do segurado, que receberá o valor devido automaticamente, na mesma conta bancária na qual recebe seu benefício previdenciário.

Quem ainda não contestou eventuais descontos pode fazê-lo pelo aplicativo Meu INSS, ligando para a central telefônica 135 ou indo pessoalmente a uma agência dos Correios. Novas contestações serão aceitas pelo menos até 14 de novembro de 2025 – data que o governo federal ainda vai analisar se precisará ser prorrogada. A partir da data em que o beneficiário questionar as cobranças, as entidades têm até 15 dias para comprovar que o desconto foi feito legalmente.

Quem já recorreu a Justiça, ingressando com ação judicial contra o INSS, também pode aderir ao acordo. Para isso, contudo, deverá desistir do processo, de forma a não ser duplamente beneficiado. Além das adesões espontâneas, o INSS vai fazer contestação automática para beneficiários em situação de vulnerabilidade: pessoas que tinham 80 anos de idade ou mais em março de 2024, indígenas e quilombolas.

"Estamos preocupados com as pessoas mais sujeitas a fraudes. E vamos dar um tratamento diferenciado a essas três situações, de maior vulnerabilidade", acrescentou Waller, destacando que o grupo dos idosos abarca cerca de 209 mil pessoas; os indígenas são cerca de 17,79 mil e os quilombolas, em torno de 38,56 mil segurados.

